

A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento

The current Northern Fluminense region: socioeconomic dynamics and development

JORGE NATAL

JOSÉ LUIS V. DA CRUZ

HELICIO DE MEDEIROS JUNIOR¹

RESUMO

Este artigo examina a história socioeconômica e, em especial, a atual situação socioeconômica da região Norte Fluminense (RNF). Tal história é demarcada por dois fatos: extrema iniquidade social e sistemática instabilidade econômica. Particularmente no que trata do último ciclo de desenvolvimento, ele está assentado nos expressivos negócios de petróleo e gás e, mais recentemente, nas atividades verificadas no chamado Complexo Portuário do Açú. Não obstante a abundância dos recursos auferidos pelos entes municipais por conta das rendas advindas das atividades petrolíferas (royalties e participações especiais), dada a natureza dos apontados negócios, nenhum dos dois problemas acima foi ou tem sido enfrentado. Da mesma maneira, apesar dos massivos recursos empregados no mencionado complexo, igualmente pela sua natureza — no caso, típica das economias de enclave —, ele tampouco contribuiu para a superação das anotadas iniquidades, em que pese esses grandes projetos de investimentos (GPI) apresentarem maiores estabilidades econômicas. Sendo assim, após o exame das limitações de ambos os GPIs, bem como de algumas expressões das denominadas desigualdades sociais e da pobreza no espaço em exame, o artigo formula esboço de um novo projeto de desenvolvimento conjugando o fortalecimento do mercado interno e a maior estabilidade econômica de longo prazo de maneira a superar os obstáculos inerentes aos negócios e investimentos em curso na RNF. Por fim, o artigo defende a conjugação do binômio anterior a políticas públicas de âmbito regional que tenham como objetivo, ainda, a simultânea imbricação da inclusão social e da democratização das arenas políticas.

Palavras-chave: Região Norte Fluminense, Desenvolvimento econômico, Grandes investimentos.

¹ Este artigo, enquanto versão preliminar, foi submetido aos alunos PPGDAP/UFF (aos quais os autores agradecem por suas leituras atentas e contributivas) que então cursavam a disciplina Formação Socioespacial Fluminense, ministrada pelos dois primeiros autores, em 28/11/2023.

ABSTRACT

This article examines the socioeconomic history and, particularly, the current socioeconomic situation of the Northern Fluminense region (RNF, in portuguese). Such history is demarcated by two facts: extreme social inequity and systematic economic instability. Particularly when it comes to the last development cycle, it is based on the significant oil and gas business and, more recently, on the activities taking place in the so-called Açú Port Complex. Despite the abundance of resources earned by municipal entities due to revenues arising from oil activities (royalties and special participations), given the nature of the aforementioned businesses, none of the two problems above was or have been faced. Likewise, despite the massive resources used in the aforementioned complex, also due to its nature, and, in this case, typical of enclave economies, it did not contribute to overcome the noted inequities – despite the fact that these large investment projects (GPI) present greater economic stabilities. Therefore, after an examination of the limitations of both GPI, as well as of some expressions of the so-called social inequalities and poverty in the space under examination, the article formulates an outline of a new development project combining the strengthening of the internal market and greater long-term economic stability in order to overcome the obstacles inherent to ongoing business and investments in the RNF. Finally, the article claims the combination of the previous binomial with public policies at a regional level that also aim to simultaneously combine social inclusion and the democratization of political arenas.

Key words: Northern Fluminense Region, Economic development, Large investments

INTRODUÇÃO

Sobressai do título acima o recorte geográfico deste artigo: a região Norte Fluminense (RNF). Dele também sobressai o recorte cronológico, qual seja, a atualidade (a ser periodizada adiante). Logo, conhecidos esses recortes, resta explicitar a pergunta que se busca responder (o recorte lógico). Ela é a seguinte: a quantas anda a dinâmica socioeconômica no lugar e tempo supramencionados?²

Tal busca levou a uma outra (mais substantiva): quais são as perspectivas de desenvolvimento dessa região, dadas as limitações dos dois grandes projetos de investimentos (GPI) (VAINER; ARAÚJO, 1992) nela em curso, a saber: o relativo aos negócios de petróleo e gás (desde os anos 1980) e o do Complexo Portuário do Açú³ (que

² Este parágrafo é inteiramente devedor da perspectiva metodológica de Novais (1986).

³ Trata-se de um megaporto, localizado no município de São João da Barra (RJ), voltado para possibilitar o atracamento de grandes navios e operação em escala internacional. Ele é um dos maiores exportadores de petróleo do Brasil, com 25% do total exportado (COMEX DO BRASIL, 2023), além de elevada quantidade de minério de ferro. Esse porto também veio a se firmar recentemente nos negócios de petróleo e gás, o que o redirecionou para atividades ligadas à energia de transição, da qual o gás é um componente estratégico. Projeta-se ainda construir novas usinas termelétricas a gás — uma já se encontra em operação — e de geração de energia eólica, bem como de outras fontes (solar, hidrogênio).

começou a ser construído em 2008 e entrou em operação no ano de 2014). Quanto às limitações, assinala-se no primeiro caso que os campos explorados vêm se mostrando maduros (PIQUET, 2021)⁴, logo reduzindo os volumes extraídos, e conseqüentemente diminuindo o repasse dos royalties e participações especiais aos seus municípios⁵, e, no segundo, menciona-se os inúmeros problemas derivados da sua natureza de enclave, como o são os ambientais, os de “estranhamento” territorial etc. (CRUZ; TERRA, 2021; e MORAES, 2023). Também merece registro o fato de os referidos negócios serem contingenciados pela determinação da cotação internacional do barril do petróleo, o que leva à volatilidade dos apontados repasses⁶. Não fora suficiente, pelas suas respectivas naturezas, os investimentos em tela são *capital intensive*. Isto é: eles restringem, dentre tantos efeitos socioeconômicos negativos, a geração de emprego, o aumento da massa salarial e a

Com isso, tal complexo portuário vem atraindo indústrias nos ramos dos equipamentos de montagem e de alguns componentes para operações na sua retroárea, mas não no ramo da indústria de transformação. Além disso, observe-se que afastado um pouco dessa sua retroárea existe imenso espaço destinado a um distrito industrial. O Porto do Açú, ademais, tem buscado se articular com o Complexo de Gás de Macaé e com o novo porto que lá se instala, o Terminal Portuário de Macaé (Tepor), conforme Pinheiro (2020). Pode-se dizer, por fim, que ele está integrado à rede mundial de transporte marítimo de mercadorias.

⁴ Para que um campo petrolífero seja considerado maduro, afora o anotado, tem-se em conta se a sua exploração acontece em período superior a 25 anos. E.g., ele é definido como maduro se atender a pelo menos um desses dois aspectos.

⁵ Os royalties são cobrados das empresas que extraem a matéria-prima representando um percentual — variável de 5% a 10% no regime de concessão, estabelecido pela Lei 9.478/1997 (BRASIL, 1997), e fixado em 15% no regime de partilha, instituído pela Lei 12.351/2010 (BRASIL, 2010) — sobre o valor bruto do material extraído, sendo que o valor arrecadado fica com o poder público (União, estados e municípios); sua cobrança é ordinária e independe de haver ou não lucro da empresa petrolífera. Já as participações especiais consistem em uma espécie de taxação extraordinária sobre o lucro (uma vez que incide não sobre o valor bruto da produção, mas sim sobre um valor líquido obtido pela diferença entre o bruto e uma série de despesas inerentes à atividade) dos campos extraordinariamente rentáveis. O enquadramento de um campo como extraordinariamente rentável e obrigado ao pagamento das participações especiais pode ocorrer mediante um volume de produção extraordinariamente alto — como prevê a Lei do Petróleo (BRASIL, 1997) — e/ou uma alta extraordinária na cotação do petróleo — como consta do Decreto 2.705/1998 (BRASIL, 1998), que regulamentou a referida lei). O *ranking* municipal de recebimento de royalties e participações especiais tem apresentado grandes alterações nos últimos anos, com o avanço de municípios situados na Bacia de Santos (notadamente Maricá, Niterói e Saquarema) e a perda de posições de municípios situados na Bacia de Campos (como Campos dos Goytacazes). Mas se deve registrar que, em vista da legislação de rateio dos recursos, os royalties crescentes gerados pela produção fluminense na Bacia de Santos também alimentam os municípios da decadente Bacia de Campos, amortecendo, em parte, a queda causada pela redução na produção em sua própria costa.

⁶ Tenha-se em conta o fato dessas mercadorias serem *tradeables* internacionais (leia-se, *commodities*).

elevação das decisões de produção e de consumo assalariado (KEYNES, 1971; e, KALECKI, 1977).

Em suma: esses GPIs interagem de maneira problemática com a RNF. Sendo assim, pode-se dizer que eles são antípodas ao estabelecimento de qualquer projeto de crescimento econômico sustentado (de longo prazo), bem como à superação das iniquidades sociais que historicamente caracterizam a região.

Feito esse preâmbulo, o artigo foi estruturado do seguinte modo: na seção 1, alinham-se um mapa, estatísticas selecionadas e determinadas informações territoriais e populacionais de forma a propiciar ao leitor a devida “localização” do recorte geográfico em questão, assim como, tendo-os em vista, apontar algumas das suas imbricações face à temática do chamado “desenvolvimento sustentado”. Na seção 2, procede-se a uma breve história da dinâmica econômica regional em sua interação com o binômio acima (o populacional e o territorial), sublinhando-se, nesse percurso, o cenário atual, de sorte a avançar a análise da supramencionada temática. Na seção 3, trata-se da questão da desigualdade social a partir de uma perspectiva particular, qual seja, a da problemática geração de postos de trabalho, a da assimétrica distribuição da renda e a do significativo contingente de pobres, visando mostrar que ela continua assaz perversa apesar do aumento de renda e riqueza verificado nos últimos aproximados 40 anos nos domínios do Norte Fluminense. Nas considerações finais, desdobram-se dois movimentos analíticos: o primeiro, de corte tradicional, sublinha o atual estágio socioeconômico da RNF; o segundo, dado esse estágio, esboça um possível novo projeto de desenvolvimento orientado pela busca da superação, em simultâneo, dos limites econômicos e das flagrantes desigualdades sociais vigentes na região em exame.

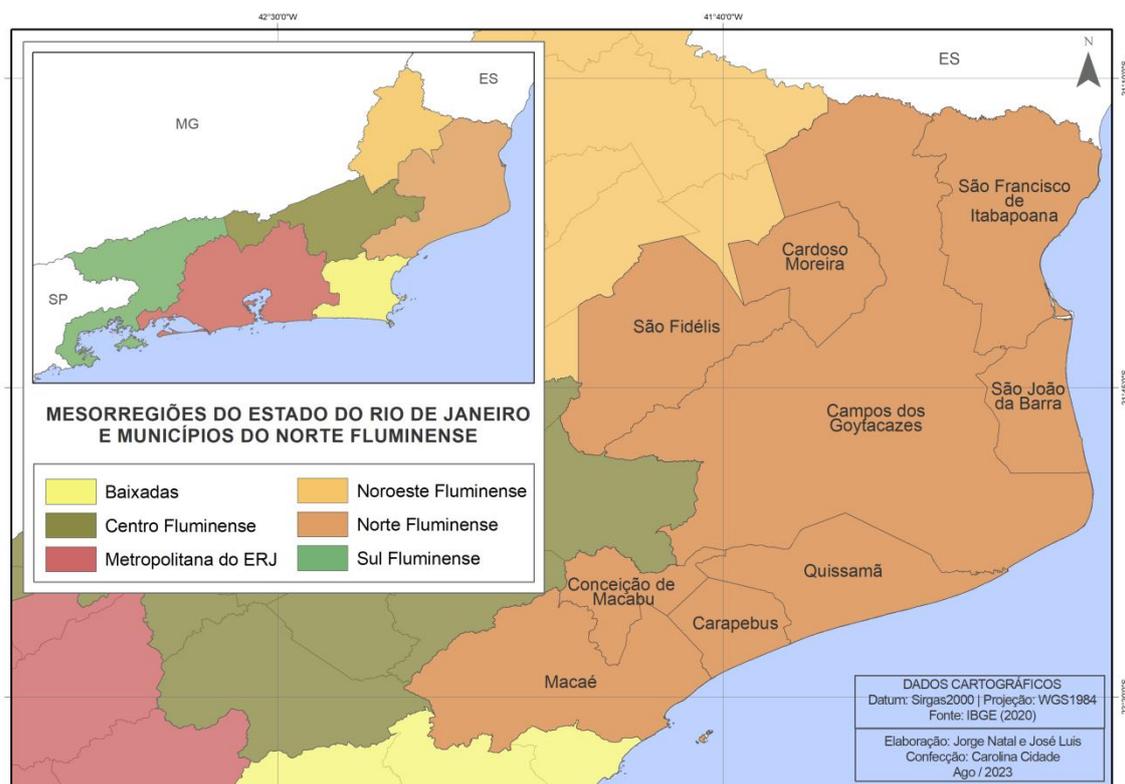
1 - ‘LOCALIZANDO’ A ATUAL REGIÃO NORTE FLUMINENSE: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Nesta seção são alinhados, reiterando, um mapa, estatísticas selecionadas e determinadas informações na medida em que eles são essenciais para uma primeira aproximação ao entendimento da RNF. Para esse fim, ela está organizada em três subitens, a saber: “1.1. Aspectos físico-geográficos”; “1.2. Aspectos populacionais”; e “1.3. Conclusões preliminares”.

1.1. Situando a RNF: aspectos físico-geográficos

Ela é uma das seis regiões do estado do Rio de Janeiro (ERJ)⁷, estando localizada na sua porção leste e mais ao norte (evidentemente). Ainda: essa unidade tem a norte fronteira com o estado do Espírito Santo; a sul com a região das Baixadas Litorâneas; a oeste com a região Noroeste Fluminense, possuindo ainda um pequeno trecho fronteiro com a região Centro Fluminense; por fim, a leste seu limite é o oceano Atlântico (vide mapa 1).

Mapa 1: As regiões fluminenses, com destaque para a região Norte Fluminense (e seus municípios)



Fonte: Confecção da geógrafa Carolina Cidade (como consta do Mapa).

Em adição, anote-se que essa região (a) é extensa, com seus 9.745 km², representando aproximadamente 23% da área total do estado (que é de 43.697 km²) e perfazendo superfície territorial superior, por exemplo, à da região Metropolitana do Rio de Janeiro; (b) tem em Campos dos Goytacazes seu município mais expressivo, com 4.026 km², o que representa cerca de 41% da sua extensão territorial, sendo, além disso, o maior do ERJ; (c) alcança os 23% da área de todo o estado principalmente por causa da extensão

⁷ Além da região Norte, considerem-se as seguintes: Metropolitana do Rio de Janeiro, Baixadas Litorâneas, Noroeste, Centro e Sul Fluminenses, conforme o Mapa I. Essa regionalização é definida pela Fundação IBGE.

de Campos; (d) é marcada por grandes extensões de uma topografia plana (planalto); e (e) é cortada por diversos rios, em especial pelo importante Paraíba do Sul⁸.

1.2. Situando a RNF: aspectos populacionais

Para tal são considerados os dados censitários de 2000, 2010 e 2022 (como consta do quadro 1).

Quadro 1: Distribuição e evolução populacional da região Norte Fluminense (e seus municípios), 2000, 2010 e 2022

Unidades federativas	População 2000 (A)	População 2010 (B)	População 2022 (C)	Variação percentual entre 2000 e 2022 (%)	Variação percentual entre 2010 e 2022 (%)
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	15.989.929	16.054.524	11,56	0,40
Região Norte Fluminense	698.783	849.515	920.815	31,78	8,39
% da população da RNF no ERJ	4,86	5,31	5,74	-	-
Campos	406.989	463.731	483.551	18,81	4,27
Carapebus	8.666	13.359	13.847	59,79	3,65
Cardoso Moreira	12.595	12.600	12.958	2,88	2,84
Conceição de Macabu	18.782	21.211	21.104	12,36	-0,50
Macaé	132.461	206.728	246.391	86,01	19,19
Quissamã	13.674	20.242	22.393	63,76	10,63
São Fidélis	36.789	37.543	38.939	5,84	3,72
São Francisco de Itabapoana	41.145	41.354	45.059	9,51	8,96
São João da Barra	27.682	32.747	36.573	32,12	11,68

Fonte: Censos 2000, 2010 e 2022/IBGE.

Do quadro acima vem: (a) que a RNF apresentou desempenho populacional crescente em todo o período assinalado. No entanto, ressalte-se a diferença verificada quando considerados os intervalos 2000-2022 e 2010-2022. Ou seja: no primeiro a população cresceu à taxa superior a 1% ao ano (31,78%/22 anos), enquanto no segundo essa taxa ficou aquém desse patamar (8,39%/12 anos); (b) que o percentual dos últimos 12 anos (2010-2022) só não foi menor por conta dos verificados nos municípios de Macaé (19,19%), São João da Barra (11,68%), Quissamã (10,63%) e, um pouco mais distante, em São Francisco de Itabapoana (8,96%); (c) que, tendo em vista os investimentos realizados e as rendas petrolíferas recebidas, a sua participação na população total do ERJ nos três anos considerados surpreende pelos baixos percentuais registrados (4,86%, 5,31% e 5,74%) —

⁸ Em termos de clima, a região parece transitar do semiúmido seco para o semiárido (NUNES, 2022).

nesse caso, como antes, constata-se um crescimento a menor na passagem dos marcos temporais que foram definidos; e (d) que também chama atenção o fato de o município territorial e populacionalmente mais importante, sabidamente o de Campos, apresentar crescimento de apenas 4,27% nos últimos 12 anos — o que pode apontar, a despeito da tendência geral de queda no ritmo de crescimento populacional brasileiro, para a redução do dinamismo econômico desse município, dada a sua estreita relação com movimentos populacionais no território (MARX, 1968).

Merece igual ênfase, dado o contingente de habitantes e a extensão territorial, a baixa densidade populacional da região, como verificado especialmente em Campos (que mal alcança 120 habitantes por km²), apesar da sua população de quase 500 mil pessoas. De outra forma: a RNF é marcada pela existência em seus domínios de diversos não-territórios, posto que não-usados, na feliz expressão de Santos (1994).

Em síntese: (a) o crescimento da sua população está longe de ter sido espetacular; (b) a participação em questão seria menor não fosse o crescimento de Macaé (com seus quase 20%), secundado por São João da Barra, Quissamã e São Francisco de Itabapoana; e (c) a reduzida performance populacional de Campos contribuiu decisivamente, enquanto redutor, para a da RNF.

1.3. Duas conclusões (preliminares)

Uma primeira é a que concerne à significativa extensão territorial da região, que, contrastada com os dados de população, revela a sua baixa densidade demográfica e a existência de notórios vazios em seus domínios — é dizer: de terras que poderiam ser ocupadas e utilizadas para fins produtivos. Portanto, considerados o relevo e a disponibilidade de água como facilitadores naturais, mostra-se possível ampliar as atividades econômicas em seus espaços, notadamente as primárias (incluindo aqui a chamada agricultura familiar). Também vale anotar que a participação da agropecuária no valor adicionado bruto regional é de apenas 0,60% (IETS, 2013)⁹. Resulta das observações anteriores a possibilidade do enfrentamento de alguns dos problemas regionais, tais como a necessidade do aumento da geração de emprego e renda e a expressiva periferização urbana,

⁹ Na RNF, no ano anotado, a distribuição do conjunto das atividades econômicas era a seguinte: indústria, 61,8%; serviços e comércio, 30,2%; administração pública, 7,4% — esses dados, veiculados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Iets), foram extraídos de publicações do Ceperj e da Fundação IBGE.

entre outros. Todavia, por suposto, nada disso será possível sem que as aludidas terras não usadas sejam tornadas disponíveis (o que envolve luta política) e obtidos os imprescindíveis financiamentos públicos.

Uma segunda conclusão diz respeito especificamente à dinâmica populacional. Os dados apresentados revelam a baixa capacidade da região em atrair população. Notório que a natureza *saving labour* dos GPIs e seus baixos encadeamentos produtivos regionais, a diminuição da produção e a derivada redução do repasse das rendas petrolíferas, bem como a crise econômica do país dos últimos anos (2015-22) contribuíram para tal. No entanto, verifica-se que esse desempenho não ocorreu tal e qual na vizinha Baixadas Litorâneas¹⁰ e nem mesmo em todos os municípios da RNF. Sendo assim, tendo em conta os últimos 12 anos (como consta do quadro 1), destacam-se a taxa de crescimento de Macaé, seguido a distância por São João da Barra e Quissamã, e, ao reverso, dada a sua importância regional, a de Campos. Para explicar esse desempenho, dois aspectos precisam ser arguidos: o das distintas grandezas dos repasses de rendas petrolíferas e o dos volumes de investimentos produtivos recebidos pelos municípios. Anote-se, no primeiro caso, que historicamente avulta a importância de Campos, seguido de longe por Macaé que também é seguido de longe por São João da Barra — mais longe ainda merecem menção somente os municípios de Quissamã e Carapebus; e, no segundo caso, o dos investimentos produtivos, destacam-se apenas Macaé e São João da Barra. Nesses termos, a problemática do desenvolvimento regional precisa considerar essas clivagens, posto sugerirem que esses municípios deverão cumprir papéis distintos em um novo e progressista projeto de desenvolvimento. Entretanto, dada a sua complexidade e o estágio da argumentação até aqui esboçada (estamos na primeira de cinco seções), optou-se por adiar a análise mais cuidada dessa questão para as páginas seguintes.

“Fechada” esta seção, o artigo examinará a história econômica regional na sua relação com as dinâmicas populacionais e espaciais, conferindo-se destaque, como já se indicou, aos últimos anos.

¹⁰ Que possui, historicamente, municípios altamente turísticos, de segunda residência de pessoas de outras cidades do estado (especialmente do município do Rio de Janeiro) e mesmo de segundas residências transformadas em primeiras, majoritariamente por parte de aposentados, o que vem garantindo fluxo contínuo de renda para a região. No entanto, é evidente que a dinâmica da indústria extrativa do petróleo (inicialmente, no pós-sal e, mais recentemente, com o pré-sal), através da transferência de royalties e participações especiais, bem como dos serviços, equipamentos de educação e saúde, dentre outros, impactou fortemente o crescimento populacional nos municípios das Baixadas Litorâneas.

2. A DINÂMICA ECONÔMICA, E A POPULACIONAL E A ESPACIAL REGIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Tal seção possui dois objetivos centrais: mostrar que o atual drama social da população do Norte Fluminense possui raízes históricas longevas e, tendo-as em vista, persegui-las analiticamente através do “fio condutor” da dinâmica econômica. Nesse processo de resgate histórico, atenção especial é dedicada à atual conjuntura de modo a melhor aclarar a discussão prospectiva do desenvolvimento da RNF. Para esse fim, resolveu-se organizar esta seção em dois subitens: “2.1. Os períodos anteriores: uma visão sucinta; e “2.2. A atual conjuntura: uma análise mais acurada”.

2.1. Os períodos anteriores: uma visão sucinta¹¹

O *primeiro período* concerne à dominância da atividade monocultora sucroalcooleira na região. Grosso modo, ele vigorou do início do século XIX até os anos 1970, ganhou sobrevida com o Proálcool e teve seu destino selado com a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), em 1991. Anote-se que esse processo alcançou toda a região e principalmente o município de Campos, uma vez que nele estava concentrada a atividade em questão — que, aliás, também ocupava papel relevante no plano nacional. Vale anotar ainda que um dos desdobramentos da decadência da monocultura sucroalcooleira foi a formação — como antes assinalado — de uma notável periferia urbana (outra vez com destaque para Campos, que detinha o mais expressivo contingente populacional da região ocupado nessa atividade).

É fato que o segmento produtivo ora examinado continuou apresentando importância na RNF até os anos 1980; todavia, sublinhe-se que ele o fez sem mitigar, antes pelo contrário, o processo de expulsão dos trabalhadores do campo. Dois fatos explicam essa observação: as mudanças técnicas introduzidas na lavoura da cana de açúcar e as novas legislações trabalhistas e previdenciárias aprovadas (favoráveis aos trabalhadores) levaram os proprietários rurais a acelerarem o esvaziamento do campo e, passo seguinte, a reforçarem a apontada periferização (BENETTI, 1986; e, NEVES, 1986).

O *segundo período* se inicia na passagem dos anos 1970 para os 1980 e possui como “motor” o petróleo. Naquele momento, no entanto, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos produziram impactos econômicos e

¹¹ Esta seção foi redigida tendo em vista aportes do segundo autor em sua tese doutoral (CRUZ, 2003).

populacionais pouco relevantes. Duas razões combinadas explicam tal situação: essas atividades se restringiram à extração *offshore* do petróleo e gás, e as suas bases operacionais foram instaladas em um único município, o de Macaé.

Destarte, trivial afirmar que até a promulgação da Lei do Petróleo (BRASIL, 1997), que data de 1997, os valores dos *royalties* transferidos aos orçamentos municipais foram insuficientes para produzir qualquer *boom* demográfico ou econômico. Logo, também se pode dizer que a questão social anterior ficou mais ou menos *congelada*, restando como exceção (econômica e populacional), como já se disse, o município de Macaé. Uma adição: do exposto advém o fato de esse período ter sido o primeiro do ciclo econômico regional do petróleo e gás — que durou até a edição da anotada Lei do Petróleo¹².

O *terceiro período* é marcado pelo fim do monopólio de exploração e produção da Petrobras, e ulterior aumento do pagamento de *royalties* e do ingresso das participações especiais nos cofres públicos municipais (inclua-se aí o próprio ERJ). Ele é adicionalmente marcado pela entrada em cena de petroleiras transnacionais nos aludidos negócios, o que elevou ainda mais a arrecadação tributária regional. Ademais, vale reprimir que em 2008 começou a ser construído o Complexo Portuário do Açú. Ou seja, além das rendas petrolíferas, passaram a operar na região instalações fixas de empresas partícipes dos referidos negócios e mesmo de outros setores econômicos.

Assinale-se também que, dado esse conjunto de investimentos e o aumento de arrecadação municipal, foram criados inúmeros postos de trabalho que impactaram marcadamente Macaé e seu entorno imediato (leia-se: Quissamã e Carapebus), bem como São João da Barra e Campos. Porém, por conta da sua natureza intensiva em capital, esses postos de trabalho exigiram/exigem uma força de trabalho especializada que, ao excluir a egressa da agroindústria sucroalcooleira, ampliou os bolsões populacionais periféricos dos destituídos de poder econômico e político. Ou seja: esses novos investimentos agudizaram a histórica apartação social que caracteriza a RNF, bem como diferenciaram seus municípios em termos de rendas petrolíferas, de investimentos físicos, de população (qualificada e não qualificada profissionalmente), de padrões de consumo etc. Em suma: desse processo resultou o reforço da histórica apartação social das maiorias populacionais da região em termos de acesso à renda, à riqueza e ao poder. Por conseguinte, em seu conjunto, pode-se dizer que esse processo constrangeu a formação de um mercado de

¹² Que quebrou o monopólio da Petrobras, dobrou o percentual dos *royalties* e criou as participações especiais.

consumo de massa, bloqueou a instauração de padrões moderno-civilizatórios e desnudou as limitações dos dois GPIs em curso para efeito da construção de uma economia mais estável (leia-se: encadeada/espraiada territorialmente e que não contribua, no limite, apenas para a geração de seus lucros).

2.2. Atual conjuntura: uma análise mais acurada

*Este último período (o atual) é marcado pela queda dos valores das rendas petrolíferas repassadas aos municípios. Esse fenômeno se explica por três razões básicas: (a) pelo declínio previsível da produção dos campos de petróleo mais antigos na medida em que eles atingiram as suas maturidades; (b) pela queda da cotação internacional do barril do petróleo vis a vis os que eram praticados ao final da primeira década e início da segunda do século XXI¹³; e (c) pelo *start* da produção do chamado pré-sal da Bacia de Santos, que contempla principalmente municípios fluminenses como Maricá, Niterói e Saquarema e paulistas como Ilhabela. De outra forma: esses processos foram prejudiciais para a economia do Norte Fluminense, em especial pela redução das transferências governamentais para seus entes subnacionais. Além dessas três razões, acrescente-se a política de desmonte da Petrobras, ainda que com baixa repercussão na Bacia de Campos, e o progressivo abandono da Política Nacional de Conteúdo Local (PNCL), com a liberação das importações de máquinas, equipamentos e insumos para a indústria de petróleo e gás em detrimento da indústria nacional (nos governos Temer e Bolsonaro).*

Um dos desdobramentos desse leque de processos regressivos é o do fechamento de várias empresas, especialmente em Macaé. Em adição, sublinhe-se que os tempos dos elevados volumes de produção e mesmo renda não deverão voltar, dados os já apontados graus de maturação e crescente esgotamento dos campos da Bacia de Campos. Enfim: o cenário não é animador quer em termos de renda, quer de emprego, e muito menos em termos de enfrentamento da chamada questão social.

Visando aprofundar o que veio de ser analisado, vide adiante o quadro 2.

¹³ Não fora suficiente, houve pronunciada redução dos preços desse *tradeable* em meados dessa mesma década e dada recuperação a partir da entrada dos anos 2020 (mas sem conseguir atingir os patamares de 2008, por exemplo). Ilustrando, vide os preços médios, em dólares, do barril do petróleo nos anos que seguem: 2008, US\$ 96,94; 2015, US\$ 52,32; 2021, US\$ 70,89; e, 2022, US\$ 71,00.

Quadro 2: Evolução da participação do produto interno bruto - região Norte Fluminense e seus municípios, e estado do Rio de Janeiro.

Estado, Região e Municípios	2010			2020			C-A (ERJ)	D-B (RNF)
	R\$ mil	% em relação ao ERJ (A)	% em relação à RNF (B)	R\$ mil	% em relação ao ERJ (C)	% em relação à RNF (D)		
Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	449.858.101	100,00	-	753.823.711	100,00	-	-	-
Região Norte Fluminense (RNF)	63.956.726	14,22	100,00	51.943.516	6,89	100,00	-7,33	-
Campos	38.684.389	8,60	60,49	23.841.837	3,16	45,90	-5,44	-14,59
Carapebus	604.027	0,13	0,94	439.224	0,06	0,85	-0,07	-0,09
Cardoso Moreira	116.154	0,03	0,18	353.565	0,05	0,68	0,02	0,50
Conceição de Macabu	179.532	0,04	0,28	420.654	0,06	0,81	0,02	0,53
Macaé	13.613.373	3,03	21,29	15.328.853	2,03	29,51	-1,00	8,22
Quissamã	3.791.122	0,84	5,93	3.047.888	0,40	5,87	-0,44	-0,06
São Fidélis	476.294	0,11	0,74	1.245.840	0,17	2,40	0,06	1,66
São Francisco de Itabapoana	392.106	0,09	0,61	802.787	0,11	1,55	0,02	0,94
São João da Barra	6.099.729	1,36	9,54	6.462.868	0,86	12,44	-0,50	2,90

Fonte: IBGE - Produto Interno dos Municípios.

Dadas as anotações iniciais e o quadro acima, pelo menos quatro situações merecem destaque. A primeira é a diminuição da participação do PIB da RNF no PIB estadual (-7,33%). Ela reflete o desempenho dos seus três municípios economicamente mais importantes, a saber, Campos (-5,44%), Macaé (-1,00%) e São João da Barra (-0,50%). A segunda é que intrarregionalmente se constata, no entanto, que esses mesmos três municípios apresentaram comportamentos distintos: Campos (-14,59%), Macaé (8,22%) e São João da Barra (2,90%). Essas performances derivam sobretudo da baixa resiliência de Campos à crise, notadamente por conta da sua petrodependência (NAZARETH, 2021) e, ao reverso, da elevada (resiliência) de Macaé e São João da Barra, por conta das bases industriais instaladas em seu território. Em termos de desempenho negativo também merecem registros os municípios de Carapebus (-0,09%) e Quissamã (-0,06%): o primeiro não teve como compensar a queda das rendas petrolíferas, dado inexistirem atividades econômicas de monta em seus domínios; e o segundo tampouco teve como compensar a perda das anotadas rendas, apesar das suas sucessivas gestões positivas em políticas públicas, da existência em seus domínios de algumas atividades produtivas relativamente importantes (como se verá adiante) etc.; (c) ainda no que trata da região comparada com ela mesma ao longo do tempo, era esperado (o que veio a ocorrer) que os municípios mais “pobres” aumentassem seu peso relativo. Dada a depreciação relativa do PIB da RNF, esse foi o caso de Cardoso Moreira (0,50%), São Fidélis (1,66%), São Francisco de Itabapoana (0,94%) e Conceição de Macabu (0,53%). Porém, não deixa de surpreender o aumento de

seus pesos também em relação ao ERJ. Uma possível explicação advém do fato de que ao afetar todo estado a crise teria diminuído os pesos relativos dos municípios mais “ricos”/dependentes das rendas e, em contrapartida, aumentado os de alguns “mais pobres” (vide as colunas D e A do quadro 2). Qual seja: eles lograram manter as suas atividades agrícolas e pecuárias pelo menos em níveis estáveis¹⁴; e (d) é conhecido o fato de Campos possuir importante segmento de comércio e serviço, bem como de infraestrutura de logística de circulação de mercadorias; entretanto, as análises anteriores evidenciaram que apesar dessa sua conformação, ele se mostrou bastante dependente das rendas petrolíferas¹⁵.

Do que veio de ser examinado, sinteticamente, chama atenção a importância dos GPIs no que trata do comportamento da economia regional, em especial o de seus municípios mais “ricos” (Campos, Macaé e São João da Barra) e as potencialidades econômicas de alguns “menores” e/ou mais “pobres”. Porém, como se mostrará, também chama atenção que ao lado do dinamismo econômico do período em tela persistem as dramáticas condições de vida das suas maiorias populacionais. E tudo isso, vale ressaltar, após mais de 40 anos da produção de petróleo e gás, mais de 20 anos do usufruto de rendas bilionárias e de dez anos de operação do tantas vezes mencionado Complexo do Açú. E tudo isso, além da redução do nível da atividade econômica, em contexto de viés de baixa, como dizem os profissionais dessa área do conhecimento.

3. A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE

Esta seção está organizada em três subitens, a saber: “3.1. Preâmbulo (metodológico)”; “3.2. O problema da geração de postos de trabalho”; e “3.3. O problema da assimétrica distribuição da renda e a pobreza”.

¹⁴ Essa hipótese foi sugerida aos autores, em conversa, pelo professor Alcimar das Chagas Ribeiro, do Laboratório de Engenharia de Produção e diretor do Núcleo de Pesquisa Econômica do ERJ, ambos da UENF, e pesquisador credenciado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), a quem se agradece aqui, mas, por ser de praxe e a bem da verdade, também se exime de eventual entendimento equivocado.

¹⁵ Em 2016, ilustrando, a participação das rendas petrolíferas na receita total, em relação ao observado em 2014 despencou, como segue: São João da Barra (de 58 para 37%), Campos (de 52% para 17%), Carapebus (de 42 para 27%), Quissamã (de 39 para 25%) e Macaé (de 25 para 15%). Considere-se nesse ponto que as participações em tela só não se mostram mais graves porque a receita total, dada a crise econômica (o denominador da equação, a Receita Total), também foi contraída.

3.1. Preâmbulo (metodológico)

Os termos (problemas) ora apontados são examinados sob duas perspectivas: o primeiro (em 3.2) é analisado a partir de informações obtidas junto à base de dados fornecida pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais)¹⁶ e o segundo (em 3.3) em vista do Coeficiente de Gini (que mede a desigualdade da distribuição de renda), do CadÚnico (que registra as famílias cujas rendas domiciliares *per capita* são de até ½ salário-mínimo)¹⁷ e do relativo ao contingente de pobres. Um adendo: para a análise da desigualdade social, qual seja, dos anotados indicadores, foram considerados apenas os três supramencionados municípios economicamente mais importantes da RNF (esse aspecto logo será esclarecido).

Mais detidamente: para a análise do primeiro é considerada a variação absoluta de postos de trabalho por setor de atividade econômica das regiões do estado (quadro 3) e a mesma variação por setor de atividade econômica, mas tendo em vista apenas os municípios da região Norte Fluminense (quadro 4) — com uma ressalva: agora não mais tendo em vista as regiões definidas pelo IBGE, mas sim as regiões de planejamento adotadas pelo governo do ERJ¹⁸. Já para a análise do segundo problema, como se anotou antes, foram coligidos dados do Coeficiente de Gini (quadro 5), do CadÚnico (quadro 6) e do contingente de pobres.

Em complemento, registre-se que os anos extremos dos quadros 3, 4 e 6 demarcam conjunturas relativamente distintas. Na entrada da década de 2010, a economia brasileira crescia, e a produção petrolífera e o repasse de royalties para os municípios estavam em alta, enquanto na de 2020 o cenário era bem pior, uma vez que essa economia experimentava então gravosa crise e, apesar de a cotação do barril de petróleo ter aumentado face à significativa queda de meados dos anos 2010 (mas não de modo a se igualar aos valores de 2008, por exemplo), a extração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos declinara,

¹⁶ Ela visa suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. São obrigados a entregar a declaração da Rais todos os que possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou, todos os estabelecimentos que possuam um ou mais vínculos empregatícios.

¹⁷ Tal mapa mostra quem são essas famílias, como elas vivem e do que precisam para melhorar suas vidas (cf. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Governo Federal).

¹⁸ Essa regionalização (do governo do ERJ) não altera a configuração anterior (assentada nas mesorregiões do IBGE) dos municípios da RMRJ, da região do Médio Vale do Paraíba, das Baixadas Litorâneas e da RNF.

assim como o repasse das rendas em questão para os municípios da região em análise¹⁹ — como se indicou algumas vezes.

3.2. O problema da geração de postos de trabalho.

No que trata das regiões de governo do estado, tendo em conta principalmente a região-objeto, tenha-se em conta o quadro 3:

Quadro 3: Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e região de governo do estado do Rio de Janeiro - 2010/2021

Sector de atividade	Metropo- litana	Noroeste	Norte	Serrana	Baixa- das Litorâ- neas	Médio Paraíba	Centro- Sul	Costa Verde	Total
Agricultura	775	-575	-815	1.307	-262	-811	-254	113	-522
Indústria	-129.304	648	-5.122	-7.100	534	1.296	1.610	-8.510	-145.948
Extr. Mineral	2.313	-72	-7.016	-48	2.702	-82	-335	-35	-2.573
Min. Não Metálico	-3.933	-163	-595	103	-103	-410	-276	44	-5.333
Metalúrgica	-6.045	-49	-1.548	132	435	1.301	79	-10	-5.705
Mecânica	-4.984	42	1.441	137	883	4.696	81	37	2.333
Elétr. e Comunic.	-1.078	14	15	68	68	-5	245	-1	-674
Mat. Transporte	-11.871	-131	1.974	-302	73	-71	-423	-5.430	-16.181
Mad. e Mobiliário	-2.841	-13	-205	-277	49	-170	214	-163	-3.406
Papel e Gráf.	-12.290	167	-245	-246	-2	282	185	0	-12.149
Borr., Fumo, Couros	-2.796	5	183	-306	-65	597	1.073	12	-1.297
Química	-16.138	201	81	-1.781	302	-226	882	-8	-16.687
Têxtil	-16.687	299	-408	-3.299	-6	-769	-780	-22	-21.672
Calçados	-617	-5	-19	-57	3	-9	0	2	-702
Alim. e Bebidas	-2.496	107	1.049	889	282	1.134	520	410	1.895
Serv. Util. Pública	1.970	46	-116	103	69	419	251	251	2.993
Construção Civil	-51.811	200	287	-2.216	-4.156	-5.391	-106	-3.597	-66.790
Serviços	-103.908	7.565	16.718	15.822	40.162	21.254	173	7.473	5.259
Com. Varejista	-28.687	1.639	-778	4.671	8.385	1.198	247	2.419	-10.906
Com. Atacadista	3.666	-334	48	764	1.050	202	650	213	6.259
Instit. Financeira	796	179	407	52	73	-325	133	52	1.367
Adm. Téc. Prof.	-28.284	1.747	5.291	3.182	2.781	6.995	-1.621	176	-9.733
Transp. e Comunic.	-33.762	1.445	4.218	2.119	2.055	2.520	-109	423	-21.091
Aloj. e Alimentação	-40.869	1	-2.900	850	4.300	-1.171	-4.188	1.906	-42.071
Méd., Odont., Veter.	45.034	1.107	3.501	421	2.358	5.214	1.524	-76	59.083
Ensino	25.691	900	2.794	777	1.974	1.136	316	836	34.424
Adm. Pública	-47.493	881	4.137	2.986	17.186	5.485	3.221	1.524	-12.073
Total	-232.437	7.638	10.781	10.029	40.434	21.739	1.529	-924	-141.211

¹⁹ Outros fatos datados da segunda metade da década passada também conspiraram contra o crescimento econômico regional, a saber: o ataque virulento à economia do petróleo e de outros segmentos associados por conta da chamada Operação Lava Jato, assim como o aperto recessivo dos governos Temer/Bolsonaro.

Fonte: Rais (Relação Anual de Informações Sociais)/Ministério do Trabalho e Emprego.

Desse quadro, vem o que segue:

Agricultura

As regiões que experimentaram perdas mais significativas foram aquelas nas quais a agricultura tem maior peso absoluto em seus produtos internos, quais sejam: Médio Vale do Paraíba, Baixadas Litorâneas, Centro Sul, Noroeste e Norte²⁰. Vale destacar que o setor primário (agricultura e pecuária) possui peso absoluto relevante na RNF (bem como na vizinha Noroeste).

Indústria

Os postos de trabalho também diminuíram nas regiões Metropolitana, Serrana, Costa Verde e Norte²¹. Acrescente-se que no corredor territorial da indústria extrativa do petróleo, qual seja, o que arranca da região Norte, passa pelas Baixadas Litorâneas (BL) até a região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a RNF foi a que apresentou o pior desempenho (após a RMRJ). Destaque-se ainda que essas regiões foram puxadas exatamente pela indústria extrativa mineral²² e pela referida resiliência das Baixadas Litorâneas.

Serviços

No caso específico da região Norte (atrás apenas do Médio Vale do Paraíba e das Baixadas Litorâneas), o saldo positivo obtido pode ser creditado às “rendas extras” derivadas dos royalties e participações especiais²³ e à supramencionada resiliência das economias mais industrializadas, bem como, em certa medida, das mais “pobres”²⁴.

Administração pública

²⁰ Os postos de trabalho aumentaram apenas na Metropolitana, Serrana e Costa Verde.

²¹ Eles aumentaram em quatro regiões: a Noroeste, a das Baixadas Litorâneas, a do Médio Vale do Paraíba e a Centro-Sul.

²² As menções a esse corredor e seus muitos municípios atesta fato incontestável: a importância do setor de petróleo e gás e seus diversos desdobramentos econômicos (emprego, rendas, arrecadação tributária etc.) para parcela importante da economia fluminense.

²³ Conforme observação constante do parágrafo anterior, sublinhe-se que a região das Baixadas Litorâneas foi a que apresentou maior saldo positivo (de 40.162), o que reforça a hipótese da sua maior resiliência em função da aludida tradição de turismo e de segunda residência que a caracteriza.

²⁴ O saldo em questão foi positivo — apesar da perda substantiva de postos de trabalho verificada na RMRJ.

A RNF registrou aumento de 4.137 postos de trabalho, tendo, tal e qual no caso dos Serviços, ficado atrás apenas do Médio Vale do Paraíba e das Baixadas Litorâneas. Essa performance deve ser atribuída à ampliação dos quadros públicos municipais²⁵ e ²⁶, graças, sobretudo, ao aumento dos royalties e participações especiais.

No que trata do quadro 4, acerca dos municípios da RNF, vide o que segue:

²⁵ Tal período foi marcado por desperdício de recursos oriundos das rendas petrolíferas em obras de embelezamento urbano desnecessárias ou pelo menos procrastináveis. Mais: foram realizadas despesas de custeio sem a devida contrapartida das chamadas receitas próprias (o que, é trivial, criou problemas para o futuro — que, aliás, em certa medida já chegou) por conta de jogos clientelistas irresponsáveis. Em suma: perdeu-se, então, oportunidade ímpar de acertar o passo do processo de desenvolvimento para quando os recursos em questão viessem a escassear.

²⁶ Pontifica nesse setor a perda de postos de trabalho na região Metropolitana, seguida pela Costa Verde.

Quadro 4: Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e município da região Norte Fluminense - 2010/2021²⁷

Setor de atividade	Região Norte Fluminense									Total
	Carapebus	Campos	Cardoso Moreira	Conceição de Macabu	Macaé	Quissamã	São Fco. de Itabapoana	São Fidélis	São João da Barra	
Agricultura	17	-608	43	-129	-95	-101	213	-72	-83	-815
Indústria	90	-6.525	119	27	1.830	-22	-55	-449	-137	-5.122
Extr. Mineral	0	-18	24	-1	-7.337	-2	40	-11	289	-7.016
Min. Não Metálico	1	-559	18	-1	-6	-5	-69	6	20	-595
Metalúrgica	28	-4	0	11	-1.675	1	-8	-15	114	-1.548
Mecânica	18	-130	0	36	1.527	-29	-2	0	21	1.441
Elétr. e Comunic.	0	-6	3	0	11	0	2	0	5	15
Mat. Transporte	1	-54	0	1	1.860	0	0	-2	168	1.974
Mad. e Mobiliário	5	-190	0	-18	-10	0	6	6	-4	-205
Papel e Gráf.	1	-153	0	0	-93	-2	0	8	-6	-245
Borr., Fumo, Couros	0	-20	0	3	199	0	0	1	0	183
Química	0	-44	-1	0	-299	0	0	-8	433	81
Têxtil	0	-405	45	-3	-13	-20	1	-2	-11	-408
Calçados	0	-20	0	0	1	0	0	0	0	-19
Alim. e Bebidas	7	546	11	-5	568	49	19	-42	-104	1.049
Serv. Util. Pública	26	-457	0	1	146	3	23	-10	152	-116
Construção Civil	3	-5.011	19	3	6.951	-17	-67	-380	-1.214	287
Serviços	-334	4.847	322	265	4.910	574	1.229	457	4.448	16.718
Com. Varejista	82	-1.054	20	-17	-572	29	305	279	150	-778
Com. Atacadista	6	626	177	14	-801	3	34	-4	-7	48
Instit. Financeira	1	273	5	11	34	11	46	11	15	407
Adm. Téc. Prof.	27	3.541	-65	25	-1.144	185	89	68	2.565	5.291
Transp. e Comunic.	228	-63	20	39	1.605	5	23	141	2.220	4.218
Aloj. e Alimentação	13	-1.465	42	49	-1.568	-4	17	86	-70	-2.900
Méd., Odont., Veter.	-4	3.427	7	426	-492	11	52	-101	175	3.501
Ensino	33	2.135	8	39	425	2	27	77	48	2.794
Adm. Pública	-720	-2.573	108	-321	7.423	332	636	-100	-648	4.137
Total	-227	-2.286	484	163	6.645	451	1.387	-64	4.228	10.781

Fonte: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)/Ministério do Trabalho e Emprego.

Desse quadro vem o que segue:

Agricultura

Houve perda em todos os municípios, com as exceções de Carapebus, Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana. Tais exceções se explicam pelo fato de esses municípios possuírem agriculturas relativamente diversificadas e regionalmente importantes

²⁷ A escolha do ano de 2021, ainda muito marcado pela pandemia, apenas agudizou as dificuldades dos municípios menos resilientes à crise econômica, sublinhando-se aí, como resultará evidente, o caso de Campos.

no que trata da produção de cana, mandioca, abacaxi, milho, tomate etc., assim como razoável pecuária leiteira.

Indústria

Houve aumento do desemprego em cinco dos nove municípios, principalmente em Campos (-6.525), onde a construção civil foi seriamente afetada. A gravidade dessa situação se explica pelo fato de, em vista da queda na transferência das rendas petrolíferas, a ativação do gasto público ter sido insuficiente (limitada). Ainda Campos: todos os seus segmentos sofreram redução de postos de trabalho, com a exceção do setor de alimentos e bebidas, que possui alguma flexibilidade para se adaptar a situações de crise. São João da Barra igualmente perdeu postos de trabalho no decênio em análise (-137); no entanto, a sua situação é especial na medida em que desde 2014 o complexo portuário do Açú vem expandindo as suas atividades. Enfim: esse município foi beneficiado pelo impacto dos investimentos portuários, bem como dos demais a eles associados. Tal e qual Macaé que, apesar da conjuntura econômica adversa (vale assinalar que foi nele que ocorreram as maiores perdas relativas ao setor de petróleo e gás, posto sediar as empresas *onshore*), logrou aumentar a criação de postos de trabalho (em 1.830). Para esse fim concorreram três fatores: a diversidade da sua estrutura produtiva, que permitiu o redirecionamento das suas atividades (vide os segmentos mecânicos, material de transportes e da construção civil); o início das obras civis do novo terminal portuário (para gás), o Tepor; e as ações proativas da prefeitura municipal, devido a sua boa capacidade fiscal. Não obstante, inegável que a RNF “sofreu” com o processo em exame, como expresso na sua perda de postos de trabalho.

Serviços

Houve nesse caso, ao reverso, importante crescimento de postos de trabalho, com a exceção de Carapebus, que dentre os que concentram as rendas petrolíferas é o de menor pujança, maior petrodependência e o mais atrelado ao mercado de trabalho de Macaé. Destaque-se nesse ponto as perdas verificadas no setor do Comércio Varejista e no segmento de Alojamento e Alimentação, ambos dependentes dos trabalhadores ligados aos dois GPI, que certamente atingiram em cheio o município de Campos.

Administração pública

No agregado da região, o saldo de postos de trabalho foi positivo (4.137), despontando como caso negativo Campos (-2.573), seguido de longe por Carapebus (-720), São João da Barra (-648), Conceição de Macabu (-321) e São Fidélis (-100). Como caso positivo desponta Macaé, que criou 7.423, também seguido de longe por São Francisco de Itabapoana (636), Quissamã (332) e Cardoso Moreira (108). Como se pode observar, dois conjuntos de resultados chamam atenção: (a) dentre os municípios mais “ricos”, reiterando, Macaé é o único que merece destaque positivo; e, dentre os mais “pobres”, os de São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira; e (b) dentre os municípios mais “ricos”, porém negativamente, despontaram Campos e São João da Barra; e, dentre os mais “pobres”, as piores situações eram as de Carapebus, Conceição de Macabu e São Fidélis.

Numa visão de conjunto, os dois quadros anteriores atestam a relativa fragilidade econômica da RNF e dos seus municípios em termos de geração de postos de trabalho quando da crise econômica e da redução dos tantas vezes mencionados repasses. No primeiro caso, registrou-se perda em todos os setores da atividade econômica, menos nos serviços — que em regra apresentam certa inelasticidade às quedas dos níveis da atividade econômica. E, no segundo, por município, essa inelasticidade se fez presente mais uma vez nos serviços e, como se mostrou, também no setor da administração pública. No último caso ainda chamam atenção, em contrapartida a esses setores da atividade econômica, as perdas verificadas nos dois tipicamente produtivos, quais sejam, a agricultura e a indústria. Por fim, além da apontada dificuldade de geração de postos de trabalho, sublinhem-se as diferenciações intrarregionais, dadas as suas potencialidades (a serem exploradas) para a consecução do aventado novo projeto de desenvolvimento. Em síntese: o problema de geração de postos de trabalho que já mostrava seus limites na bonança evidenciou toda a sua gravosidade quando da reversão cíclica recente (em verdade, em certo *tour de force*, de início do esgotamento do “modelo” descrito na quarta periodização analisada/constante da seção 2).

3.3. Os problemas da assimétrica distribuição pessoal da renda e a pobreza

Para a análise da distribuição da renda e da pobreza foram considerados — como observado — apenas os municípios mais beneficiados pelos impactos diretos e indiretos dos dois GPIs e que ditam a dinâmica econômica da região, a saber, Campos, Macaé e São João da Barra. Essa escolha partiu do seguinte questionamento: existe discrepância (ou não) entre a expansão econômica verificada no último período (vide seção 2) nesses municípios

e a apropriação da renda gerada por parte da população no decênio em questão (2012 x 2022)? O indicador considerado foi o *Coefficiente de Gini* (CG)²⁸.

De maneira bem sucinta (vide quadro 5), é possível dizer que os CG desses três municípios se situam em nível intermediário e apresentam leve desconcentração — especialmente no caso de Campos e São João da Barra. No entanto, tão expressivas foram as rendas auferidas por esses entes federativos que não se pode dizer que elas tenham suscitado rebatimentos positivos de monta em termos de apropriação de renda por parte das suas maiorias populacionais.

Quadro 5: Coeficiente de Gini (CG) de municípios selecionados (Campos, Macaé e São João da Barra) - 1991, 2000 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
Campos	0,62	0,58	0,58
Macaé	0,58	0,56	0,57
São João da Barra	0,44	0,47	0,46

Fonte: Sebrae/RJ. Painel Regional.

CadÚnico. Partiu-se da ideia de que uma menor quantidade (porcentagem) de pessoas e famílias inscritas no CadÚnico é indício do quanto a economia em questão logra gerar e distribuir renda (mais uma vez: ou não)? Tendo em vista o quadro 6, adiante, tem-se o seguinte:

a) em 2012, São João da Barra (59,2%) apresentava índice superior aos percentuais do estado (28,3%) e do país (42,6%), o que aponta para a vigência de graves problemas sociais em seus domínios. Campos (36,7%), embora apresente índice inferior ao nacional, não o fazia em relação ao estado. A melhor situação, mesmo assim com mais de um quarto da sua população inserida, era a do município de Macaé (28,1%). Os números absolutos de pessoas situadas na faixa de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* familiar evidenciam a extrema vulnerabilidade social existente naqueles anos nos municípios ora examinados: Campos (170.449), Macaé (61.156) e São João da Barra (19.387). De outra forma: esses três municípios totalizavam 250.992 pessoas e uma média de 41,33% — é dizer: quase a metade da população se encontrava na aludida faixa;

b) em 2022, passados mais de dez anos, São João da Barra (68,1%) apresentava percentual muito preocupante de *per se*, diante do estado (40,8%) e do país (46,1%).

²⁸ Esse Coeficiente varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de zero mais igual é a distribuição da renda apropriada pelos indivíduos e de um, ao contrário, mais desigual (no limite, nesse último caso, um único indivíduo se apropriaria dela na sua inteireza).

Campos (47,7%), por sua vez, não só se coloca em situação pior em relação ao país como também diante do estado — o que não ocorria em 2012. A melhor situação continua sendo a de Macaé (34,8%), porém seu percentual nesse ano se mostra pior que o de 2012 (que era de 28,1%). Os números absolutos de pessoas situadas na faixa de até ½ salário-mínimo *per capita* por família confirmam a existência em seus âmbitos de enormes contingentes populacionais vivendo em condição de larga vulnerabilidade social. Ou seja, esses três municípios — insistindo, os economicamente mais importantes — totalizavam 341.312 pessoas e uma média de 50,20% — mais da metade da sua população se encontrava na aludida faixa.

Quadro 6: Pessoas e famílias cadastradas no CadÚnico*, 2012 e 2022.

Unidades	Pessoas e percentuais sobre o total da população				Famílias e percentuais sobre a população			
	2012**	%	2022**	%	2012**	%	2022**	%
Brasil	81.322.507	42,6	93.626.078	46,1	25.063.802	46,1	41.293.865	-
Estado do Rio de Janeiro	4.529.368	28,3	6.557.809	40,8	1.424.022	30,0	3.279.139	-
Campos	170.449	36,7	230.749	47,7	48.073	35,5	105.612	-
Macaé	61.156	28,1	85.674	34,8	19.156	31,7	39.430	-
São João da Barra	19.387	59,2	24.899	68,1	6.111	61,9	11.806	-

Fontes: IBGE Cidades e Ministério da Cidadania <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>, em 27/10/2023.

Obs.:

* Números do CadÚnico de dezembro 2012 e dezembro 2022. Refere-se a pessoas em famílias e a famílias com renda *per capita* até 1/2 salário-mínimo;

** 2012 é o ano inicial dos dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania. O cálculo do percentual das pessoas e famílias cadastradas sobre o total da população foi realizado utilizando os dados de população total do Censo de 2010 (e não os da estimativa para 2012); O mesmo cálculo não pôde ser feito para as famílias em 2022, porque o Censo 2022 ainda não tinha divulgado o número de famílias.

Contingente de pobres. Em adição ao que veio de ser analisado, o terceiro indicador, considerados o percentual de “pobres” dos municípios mais “ricos” da RNF na sua relação com a população total, bem como a colocação desses mesmos municípios no âmbito (*ranking*) do conjunto do ERJ, dado o ano de 2010, quando a conjuntura econômica era auspiciosa, tinha-se a seguinte situação (SEBRAE, 2013): Campos (38,3% e 78°), Macaé (20,3% e 5°) e São João da Barra (37,0% e 75°). É dizer: mesmo na conjuntura de 2010, quando a economia brasileira lograva importante crescimento econômico, as rendas petrolíferas estavam em alta e igualmente a cotação das *commodities* no mercado

internacional, a situação de Campos e a de São João da Barra eram muito ruins — a exceção relativa mais uma vez ficou por conta de Macaé²⁹.

Examinados os três indicadores anteriores, a conclusão a que se chega é que a suposição implícita no questionamento anterior procede inteiramente; vale dizer: que não há qualquer relação biunívoca entre geração de renda e apropriação mais equânime (o que, aliás, está sobejamente demonstrado na boa teoria econômica). Não fora suficiente, evidencia-se que passados os anos decorridos desde 2012 até 2022, de extraordinário aumento do volume das rendas petrolíferas, a vulnerabilidade social das populações desses municípios persiste muito grave, tendo inclusive piorado em relação à vigente no ano ponto de partida desta análise. Assim sendo, trivial afirmar que é improcedente atribuir qualquer responsabilidade pela situação social atual às adversidades econômicas do último decênio (2015-23) na medida em que no ponto de partida temporal dessa análise a questão em exame já se mostrava assaz severa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consta da Introdução deste artigo, a presente seção se encontra organizada em dois sintéticos movimentos analíticos. No primeiro são resgatadas as suas principais conclusões, notadamente as que dizem respeito ao atual estágio socioeconômico da RNF; no segundo, tendo em vista esse estágio, são elaboradas algumas formulações, em esboço, acerca da possível consecução de um novo projeto de desenvolvimento regional. Como segue.

O atual estágio socioeconômico da RNF

Considerada a presente situação dessa região, pode-se dizer que ela não se mostra auspiciosa por conta, diretamente, da redução da exploração petrolífera na Bacia de Campos e da subsequente queda do repasse das rendas petrolíferas para seus entes subnacionais (mesmo que conjunturalmente, por vezes, essa assertiva pareça improcedente) — não perder de vista nesse ponto a relevância crescente da Bacia de Santos. Não fora suficiente, a base física instalada em Macaé está imbricada com as operações *offshore* dos negócios de petróleo e gás. É dizer: uma vez arrefecidas tais operações, essa mesma base

²⁹ Em complemento, registre-se que naquele ano dois municípios da RNF experimentavam quadro assaz assustador, quais sejam: São Francisco de Itabapoana (55,5% e 92°) e Cardoso Moreira (41,7% e 84°).

física deverá experimentar algum tipo de regressão³⁰. No entanto, independentemente dessas observações, a análise da história dos últimos aproximados 40 anos mostra que mesmo na apontada “bonança” nunca adveio desse município uma dinâmica econômica capaz de arrastar o conjunto regional na senda do crescimento e muito menos para o avanço de um projeto de desenvolvimento abrangente, integral e inclusivo — imagine-se, então, nesse momento de redução do nível da atividade econômica. Por sua vez, a base física instalada no município de São João da Barra, embora deva seguir economicamente vigorosa dada a diversidade dos negócios nela realizados, não espalhará territorialmente de *per se* suas atividades — em vista da sua natureza de enclave — e tampouco contribuirá para a promoção do referido crescimento econômico e desenvolvimento societário (tal e qual não o fez em seu melhor momento econômico, igualando-se nesses termos a Macaé).

Em sendo corretos esses entendimentos, a inscrição da temática desenvolvimento na agenda pública se mostra inevitável. Quanto mais não fosse, porque o atual e os anteriores períodos (vide seção 1) não lograram obter dinâmica econômica sustentada no tempo e tampouco enfrentaram a extrema iniquidade social vigente e nem às suas desigualdades socioespaciais. Por conseguinte, entende-se fundamental buscar um projeto que venha a fortalecer seu mercado interno de maneira a inaugurar uma nova etapa histórica de desenvolvimento na RNF. Afinal, mercado de poucos muito ricos³¹, economia de enclave e assentada em *tradeables* não garantem nem taxas longevas de crescimento econômico nem construções societárias mais moderno-civilizacionais (e espacialmente menos desiguais).

Esboço de um possível novo projeto de desenvolvimento regional

Isto posto, três blocos de questões precisam ser considerados:

Bloco 1

1.1) Urge tratar espacialmente a problemática do desenvolvimento estabelecendo mecanismos institucionais de apropriação de parte das rendas geradas pelos GPIs de forma a apoiar as empresas/atividades produtivas existentes/realizadas na região, notadamente as

³⁰ Por outro lado, no caso deste ente subnacional, o ritmo dos investimentos realizados no Tepor poderá pelo menos mitigar os efeitos negativos anteriores (a ver).

³¹ Empregou-se ao longo deste artigo os termos pobres e ricos — sempre entre aspas — por mera convenção/hábito. No entanto, dado que eles são inteiramente determinados pelos lugares ocupados pelos indivíduos nos processos de produção e apropriação da riqueza social, resulta serem esses termos absolutamente insubsistentes — além de serem categorias ideologicamente mistificadoras.

de média complexidade tecnológica, bem como incentivar a maior capacitação nesse sentido (tecnológico) para os ofertantes de serviços locais (ou daqueles que venham a se preparar para tal). O tratamento desse processo dar-se-ia através do CIDENNF (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense), com ampla participação da sociedade civil.

1.2) Também urge criar efetivos fundos soberanos municipais com as rendas petrolíferas de modo a financiar projetos contributivos para o desenvolvimento da RNF³².

1.3) Urge, ainda, efetivar o necessário planejamento territorial alocando especializações e atividades complementares entre os municípios da região, visando reduzir tanto os baixos encadeamentos quanto a marcada concentração econômica verificada nos centros e polos regionais, em especial nos seus três municípios economicamente mais importantes, dedicando atenção especial para as micro, pequenas e médias empresas, notadamente as *labour intensive*.

Bloco 2

2.1) As clivagens existentes entre os municípios apontam, apesar dos pesares (redução dos repasses dos royalties para seus cofres públicos), para a possibilidade (reiterando) de os municípios de Macaé e São João da Barra seguirem se mantendo economicamente importantes, dadas as suas estruturas produtivas. Face às anotações pregressas, entende-se que eles poderão “somar” para a instauração de um novo ciclo de desenvolvimento que seja de fato virtuoso, desde que procedimentos prévios sejam implementados (como, dentre outros, os sugeridos no subitem 1).

2.2) Essas mesmas clivagens apontam a distinção de Campos face aos dois municípios que vieram de ser mencionados, posto inexistirem em seu âmbito territorial plantas produtivas de grande porte. Não obstante, essa unidade subnacional (a) possui importante contingente populacional e extensão territorial; (b) apresenta amplo leque de estabelecimentos comerciais, logísticos etc.; (c) recebe historicamente os maiores volumes das rendas petrolíferas (em que pese ter sido ultrapassado em 2022 por Macaé por conta de especificidades inerentes às regras de rateio, que lhe conferem, na condição de município concentrador das instalações, um terço do valor repartido entre os participantes da zona de

³² Já existe fundo soberano no ERJ, em Maricá e Niterói. Em verdade, já existem fundos de desenvolvimento em Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra, mas eles não possuem as características de fundos soberanos (MAIA, 2023).

produção principal do ERJ; (d) concentra o maior e mais importante conjunto de universidades públicas e privadas da região, como o são a UFF, a Uenf, o IFF/Campos, a Ucam etc. — o que significa dizer que ele também detém a mais importante massa crítica de reflexão sobre a região (e seu entorno); e (e) está localizado em posição rodoviária estratégica (entroncamento)³³ — o que o leva a polarizar o vizinho município de São João da Barra (RJ) tanto que, segundo o IBGE, ele faz parte do arranjo populacional de Campos. Mais: Campos detém longo protagonismo histórico na medida em que concentrou as atividades sucroalcooleira por cerca de duzentos anos, sendo que esse fato continua se expressando nos tempos correntes em termos de influência regional política, cultural, econômica, financeira etc. Em suma: ele reúne as condições necessárias para exercer a sua centralidade em um novo ciclo de desenvolvimento regional.

2.3) Quanto a Macaé, vale reter que ele se constituiu como um novo e importante centro regional. No caso, vide o fato de a sua influência se estender pelos municípios das Baixadas Litorâneas, ao lado do polo de Rio das Ostras, constituindo desse modo o arranjo populacional Macaé-Rio das Ostras, que engloba os municípios de Carapebus, Conceição de Macabu e Casimiro de Abreu. Ademais, a existência da RJ-219, que liga Macaé ao Rio de Janeiro, pelo litoral, paralela à BR-101, aponta para a consolidação da sua influência sobre a vertente litorânea da região da economia extrativa da Bacia de Campos.

2.4) Nessa formulação, cumpre também não perder de vista as potencialidades dos municípios pequenos/mais “pobres” e a das terras não usadas para efeito da sua maior dinamização econômica e enfrentamento das analisadas mazelas sociais.

Bloco 3

Por fim, entende-se que, além das institucionalidades e mobilizações sociais (e espaciais, dadas as mencionadas clivagens) a serem acionadas para efeito da discussão e implementação desse projeto, dados os limites sobejamente examinados neste artigo, bem como a atual conjuntura econômica ainda eivada de preocupações (embora mais auspiciosa do que a dos últimos quase dez anos), será preciso conferir lugar proeminente nessa “modelagem” ao fortalecimento do seu mercado interno (FURTADO, 2007) e às políticas

³³ Nesses termos, Campos tem a posição mais estratégica da região em termos da circulação de circulação nacional de mercadorias e de acessos a centros fornecedores e consumidores, posto se situar no entroncamento das rodovias BR-101 (a mais importante do país) e da BR-356 (que liga Minas Gerais ao litoral fluminense – no município de São João da Barra. Consequentemente, pode-se dizer que esse município recebe a BR-356, que vem de Minas Gerais que, por sua vez, para ter acesso a BR-101, precisa atravessar Campos – para chegar ao seu destino, o litoral de São João da Barra

redistributivas de renda e riqueza de forma a garantir resiliência ao conjunto da região, protegendo-a, assim, das dinâmicas econômicas que lhe são “externas” e, em especial, das volatilidades inerentes às cotações da *commodity* petróleo e dos encapsulamentos territoriais inerentes aos seus dois GPIs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural-urbano. In: PIQUET, R. (Org.). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986, p. 48-67.
- CRUZ, José Luis Vianna. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000*. Rio de Janeiro, tese de doutorado (IPPUR/UFRJ), 2003
- CRUZ, José Luis Vianna. e TERRA, Denise. T. Reconfiguração do espaço urbano-regional do Norte Fluminense pós-2000: contribuições empíricas para a análise. In: PIQUET, R. (Org.). *Norte Fluminense – uma região petrodependente*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KEYNES, John Maynard. *Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.
- MAIA, Nayara. *Fundos soberanos e desenvolvimento regional*. Campos: 2023 (“Power-point” preparado pela autora para apresentação na disciplina Formação Socioespacial Fluminense do PPGDAP/UFF, segundo semestre de 2023).
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- MORAES, Roberto. Porto do Açú, mais enclave e território de passagem do que desenvolvimento, teve R\$ 12 bi de movimentação em 2022. In: *Brasil 247*, São Paulo, 14.08.2022
- NAZARETH, Paula Alexandra. Rendas petrolíferas: tempos incertos para os municípios do estado do Rio de Janeiro. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Norte Fluminense – uma região petrodependente*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.
- NEVES, Delma Pessanha. Mudanças tecnológicas e emprego. In: PIQUET, R. (Org.). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986, p. 48-67.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NUNES, Mariana. *O Norte e o Noroeste estão se tornando uma região de clima semiárido?* Campos dos Goytacazes: Blog Consultoria Ambiental, 28/06/2022.

PINHEIRO, Rodrigo Pyramides. *Políticas de planejamento urbano em Macaé: cidade e porto na economia do petróleo – análise do TEPOR (Novo Terminal Portuário)*. Campos dos Goytacazes: UCAM, Dissertação de Mestrado, 2020.

PIQUET, Rosélia. O Norte Fluminense em dois tempos. In: Piquet, R. (Org.). *Norte Fluminense – uma região petrodependente*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

VAINER, Carlos e ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BRASIL. (1997). Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. (1998). Decreto n.º 2.705, de 3 de agosto de 1998. Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2705.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. (2010). Lei n.º 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12351.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. (2021). Ministério da Cidadania. *CadÚnico*. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. (2022). Ministério da Cidadania. *CadÚnico*. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. (2022). Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/3e7c4d58-96ba-448e-b053-d385a829ef00?table=c3a5121e-f00d-41ff-b46f-bd26be8d4af3>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. (2023). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>

BRASIL. (2023). Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 27 dez. 2023.

COMEX DO BRASIL. (2023). Porto do Açu: o sofisticado e inovador porto-indústria modelo para o setor no país. 18 dez. 2023. Disponível em: <https://comexdobrasil.com/porto-do->

acu-o-sofisticado-e-inovador-porto-industria-modelo-para-o-setor-no-pais/. Acesso em: 27 dez. 2023.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=35881&t=pib-por-municipio>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IBGE. (2023). *Censos demográficos 1991, 2000, 2010 e 2022*. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IETS. (2013). Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em www.iets.org.br/. Acesso em 28 dez. 2023.

SEBRAE. (2013). Painel Regional. Rio de Janeiro: Observatório Sebrae.

Jorge Luiz Alves Natal

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, professor aposentado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e professor visitante-sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF).

José Luis Vianna da Cruz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professor aposentado pela Escola de Serviço Social (ESS) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF e professor permanente do PPGDAP/UFF.

Helcio de Medeiros Junior

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, economista aposentado pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).